

Brasil é rebaixado na lista de devedores dos EUA

A obrigatoriedade para os bancos norte-americanos constituírem reservas específicas para o Brasil, no montante de 20% de seus créditos, não tem nenhum efeito prático, mas serve como um sinal amarelo, de alerta, ao governo brasileiro. A maioria dos bancos dos EUA já têm reservas que variam entre 35% e 100% de sua *exposure* (exposição) junto aos países devedores. São reservas gerais, que abrangem toda a dívida do terceiro mundo, inclusive a brasileira. Agora, haverá apenas uma manobra contábil, para especificar em balanço a parcela das reservas totais que representam um mínimo de 20% dos créditos junto ao Brasil. Essa reserva é retirada dos lucros das instituições para cobrir eventuais prejuízos

gerados pela inadimplência dos devedores.

O presidente do Citibank, John Reed, e o presidente do comitê de bancos credores, William Rhodes, se reúnem hoje em Brasília com o presidente Fernando Collor e a o rebaixamento do Brasil na lista de devedores certamente entrará em pauta. A equipe econômica do governo brasileiro reagiu com indiferença à decisão Comitê Interagências (Interagency Country Exposure Review Committee — Icerc) — criado pelo Congresso dos EUA para avaliar os riscos dos bancos com a dívida dos países em desenvolvimento — que, na semana passada, reclassificou a dívida brasileira como *impaired* (depreciada) e

estabeleceu a reserva mínima de 20%. A despreocupação do governo brasileiro parte do princípio de que os bancos há muito não emprestam nenhum centavo de dólar ao país e essa situação não deve se modificar.

Observadores independentes tem, entretanto, que a reclassificação da dívida brasileira tenha um impacto negativo sobre as linhas comerciais de curto prazo, que financiam as importações brasileiras. Difícilmente haveria um corte nesses financiamentos, mas há o risco de que eles fiquem mais caros, com a redução de prazos e aumento das taxas de juros. Outro sinal negativo pode vir através da cotação da dívida brasileira no mercado secundário.

Hoje ela já está cotada a 25 cents para cada dólar e a expectativa é que esse valor baixe ainda mais.

A decisão adotada semana passada pelo Comitê Interagências em relação ao Brasil, caso tivesse ocorrido em 1982, poderia ter provocado uma quebra geral nos bancos norte-americanos. Hoje, ela não representa grande preocupação, porque todas as instituições se preveniram e constituíram reservas, com direito a incentivos fiscais do governo. O Citibank, o maior credor do Brasil, já fez reservas superiores a 30% de seus créditos junto aos países devedores; o Bank of America tem algo no nível de 40% provisionado; e o Morgan já tem quase 100% de seus créditos destaca-

dos como reserva. Entre os bancos médios norte-americanos o nível das reservas está em pelo menos 50%. No caso brasileiro, a obrigatoriedade da reserva de 20% abrange apenas a dívida de médio e longo prazos junto aos bancos norte-americanos, que hoje está na faixa de US\$ 20 bilhões.

Em pior situação está a Argentina. Na mesma reunião que reclassificou o Brasil e exigiu os 20% de reserva, o Comitê Interagências determinou a elevação das reservas bancárias para 60% do montante emprestado à Argentina. Como esse percentual está acima da média das reservas já constituídas, os bancos poderão ter que aumentar suas provi-

sões em relação à dívida argentina. Essa situação deve gerar algum nervosismo junto aos bancos, que podem iniciar pressões junto ao governo e ao Congresso norte-americanos para que a Argentina retome seus pagamentos. Assim, como a dívida argentina, a brasileira daqui a quatro meses passará por nova avaliação do Icerc, que dependerá do andamento das negociações que o governo brasileiro pretende retomar com os credores. Essas negociações têm início agora, dia 19, com a ida do secretário de política econômica, Antonio Kandir, para reunião com o FMI em Washington.